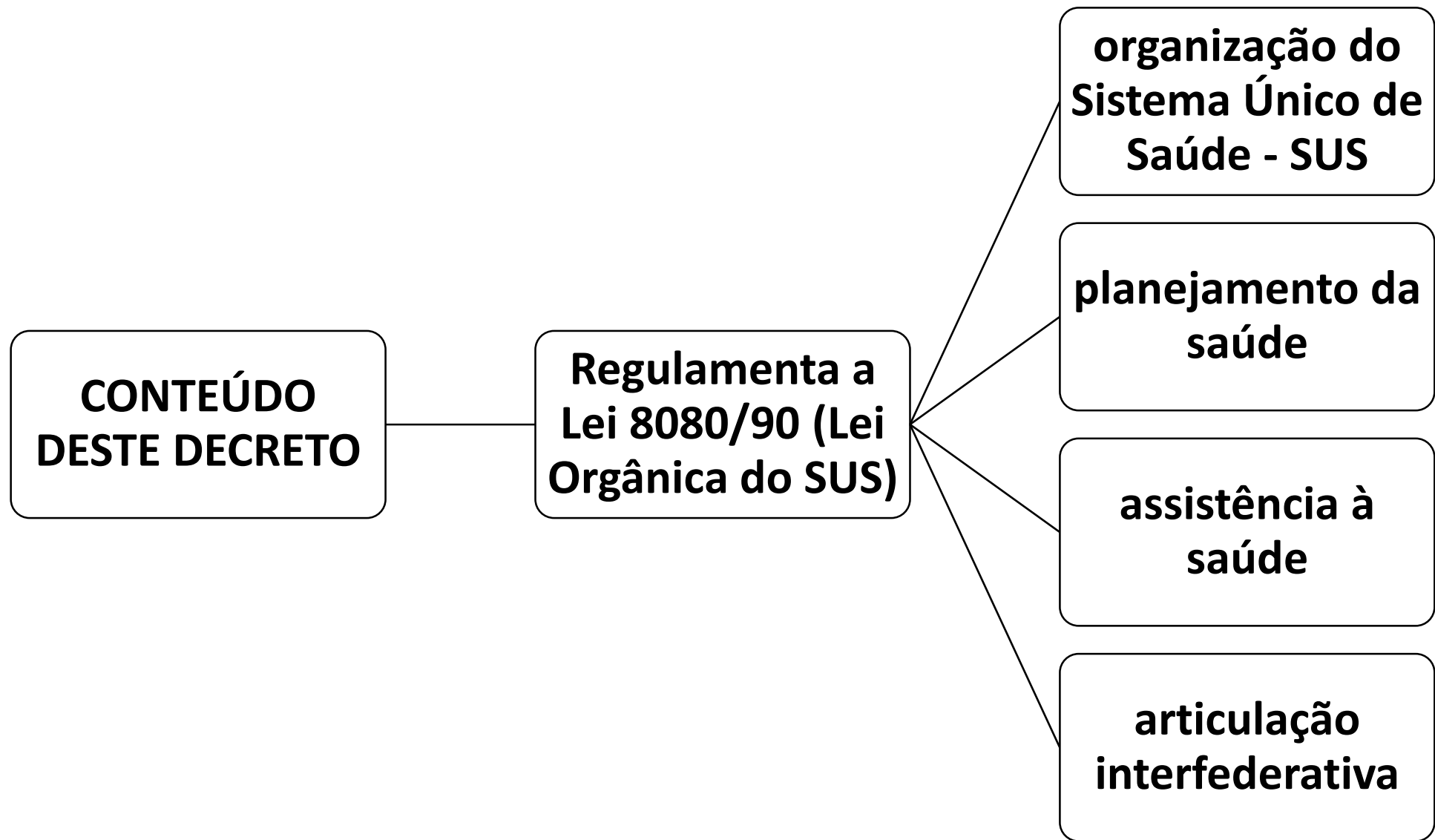


DECRETO 7508/2011

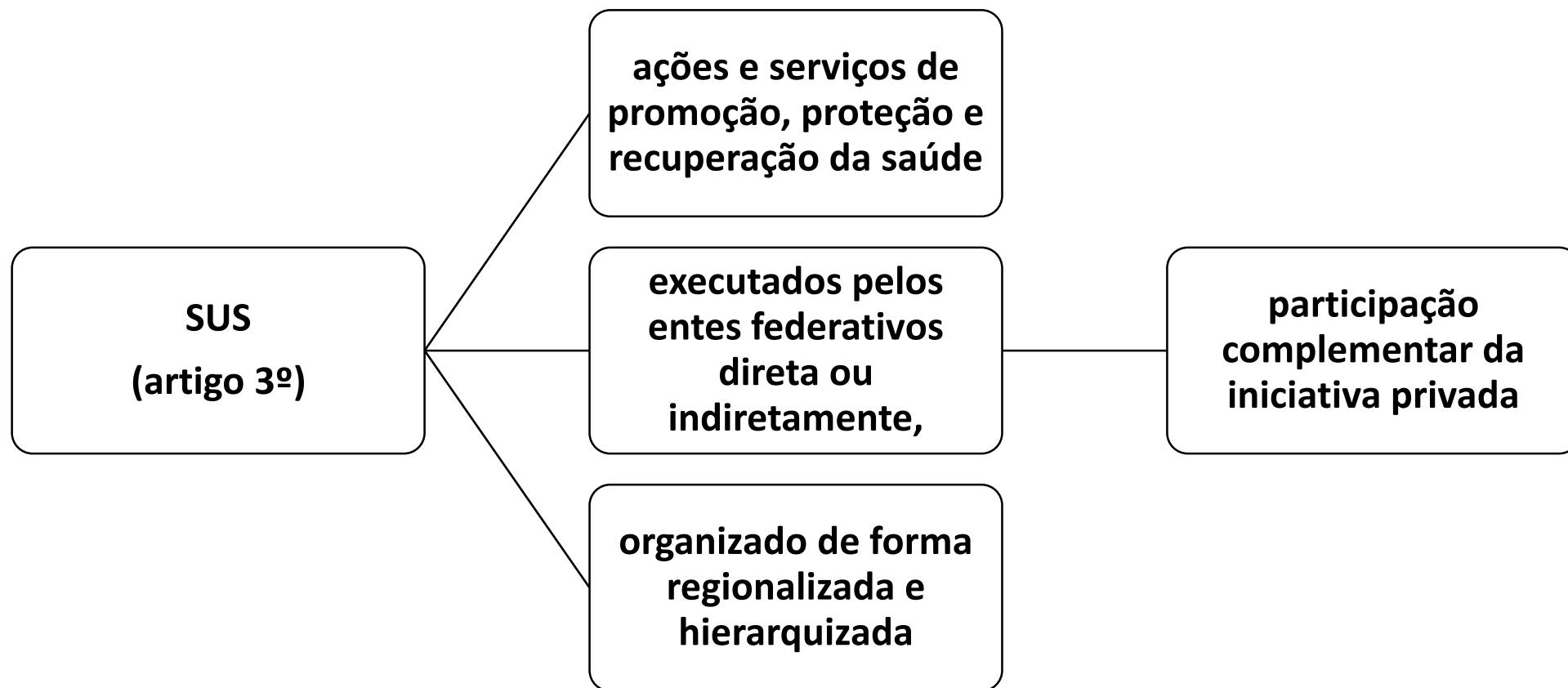


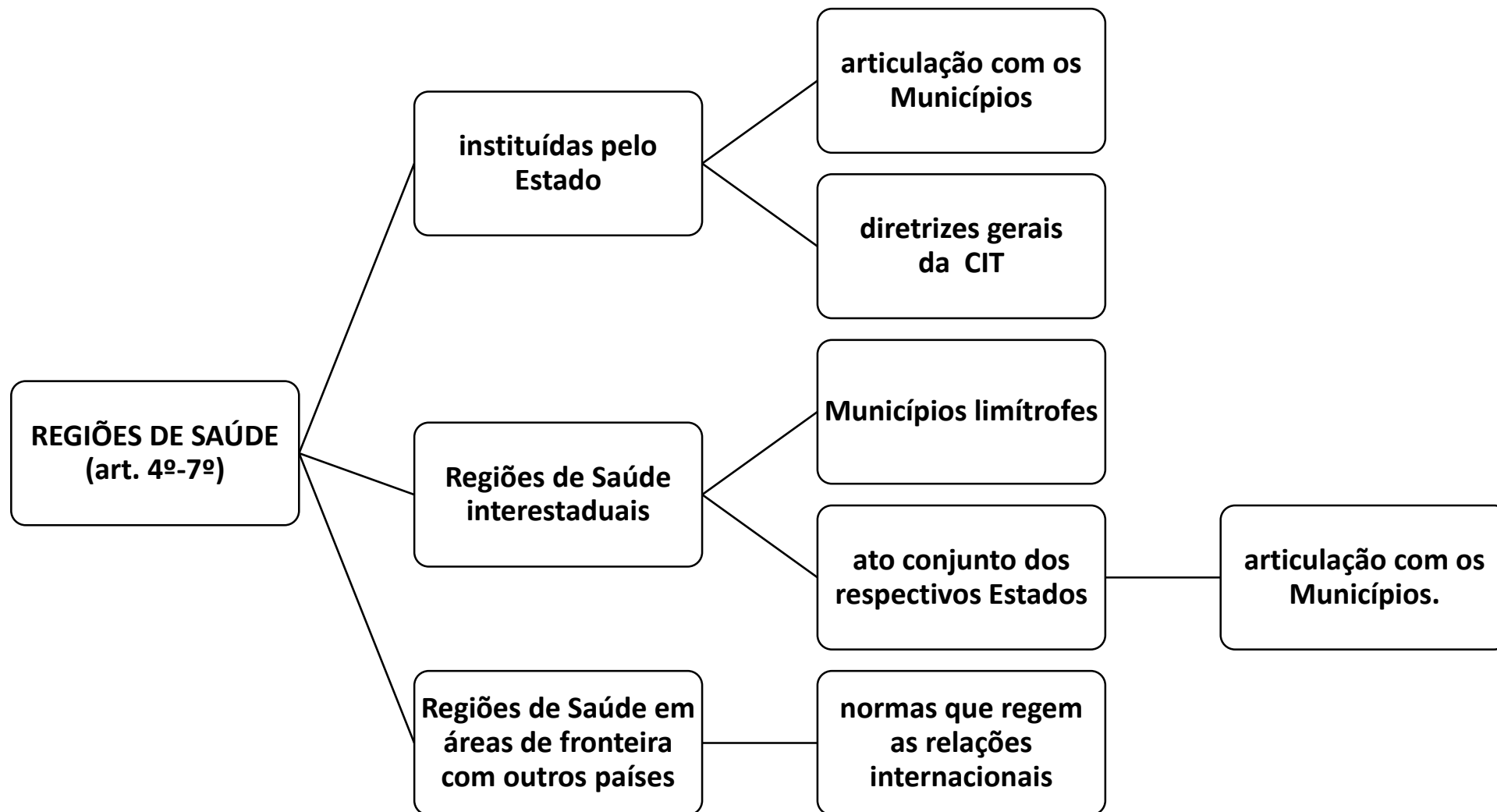
CONCEITOS IMPORTANTES

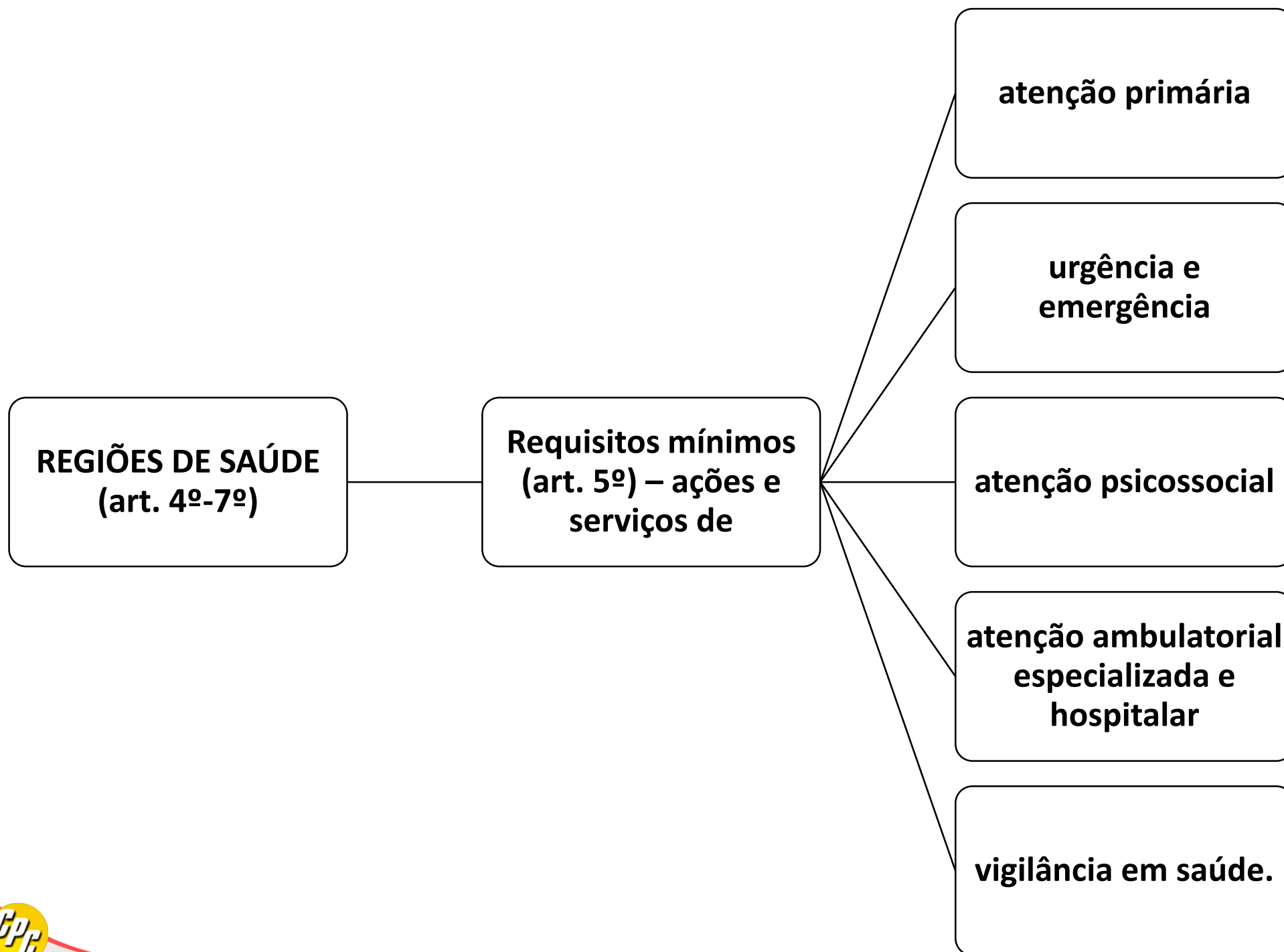
Região de Saúde	espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde;
Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde	acordo de colaboração firmado entre entes federativos com a finalidade de organizar e integrar as ações e serviços de saúde na rede regionalizada e hierarquizada, com definição de responsabilidades, indicadores e metas de saúde, critérios de avaliação de desempenho, recursos financeiros que serão disponibilizados, forma de controle e fiscalização de sua execução e demais elementos necessários à implementação integrada das ações e serviços de saúde;
Portas de Entrada	serviços de atendimento inicial à saúde do usuário no SUS
Comissões Intergestores	instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS

CONCEITOS IMPORTANTES

Mapa da Saúde	descrição geográfica da distribuição de recursos humanos e de ações e serviços de saúde ofertados pelo SUS e pela iniciativa privada, considerando-se a capacidade instalada existente, os investimentos e o desempenho aferido a partir dos indicadores de saúde do sistema
Rede de Atenção à Saúde	conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde
Serviços Especiais de Acesso Aberto	serviços de saúde específicos para o atendimento da pessoa que, em razão de agravo ou de situação laboral, necessita de atendimento especial
Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica	documento que estabelece: critérios para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde; o tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados, quando couber; as posologias recomendadas; os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do SUS







**Requisitos mínimos para
instituir uma região de
saúde (Art. 5º)
Ações e serviços de**

atenção primária

urgência e emergência

atenção psicossocial

**atenção ambulatorial
especializada e
hospitalar**

vigilância em saúde.

**REGIÕES DE SAÚDE
(Art. 6º)**

**Referência para as
transferências de
recursos entre os
entes federativos**

**Compreendidas no
âmbito de uma
Região de Saúde, ou
de várias delas**

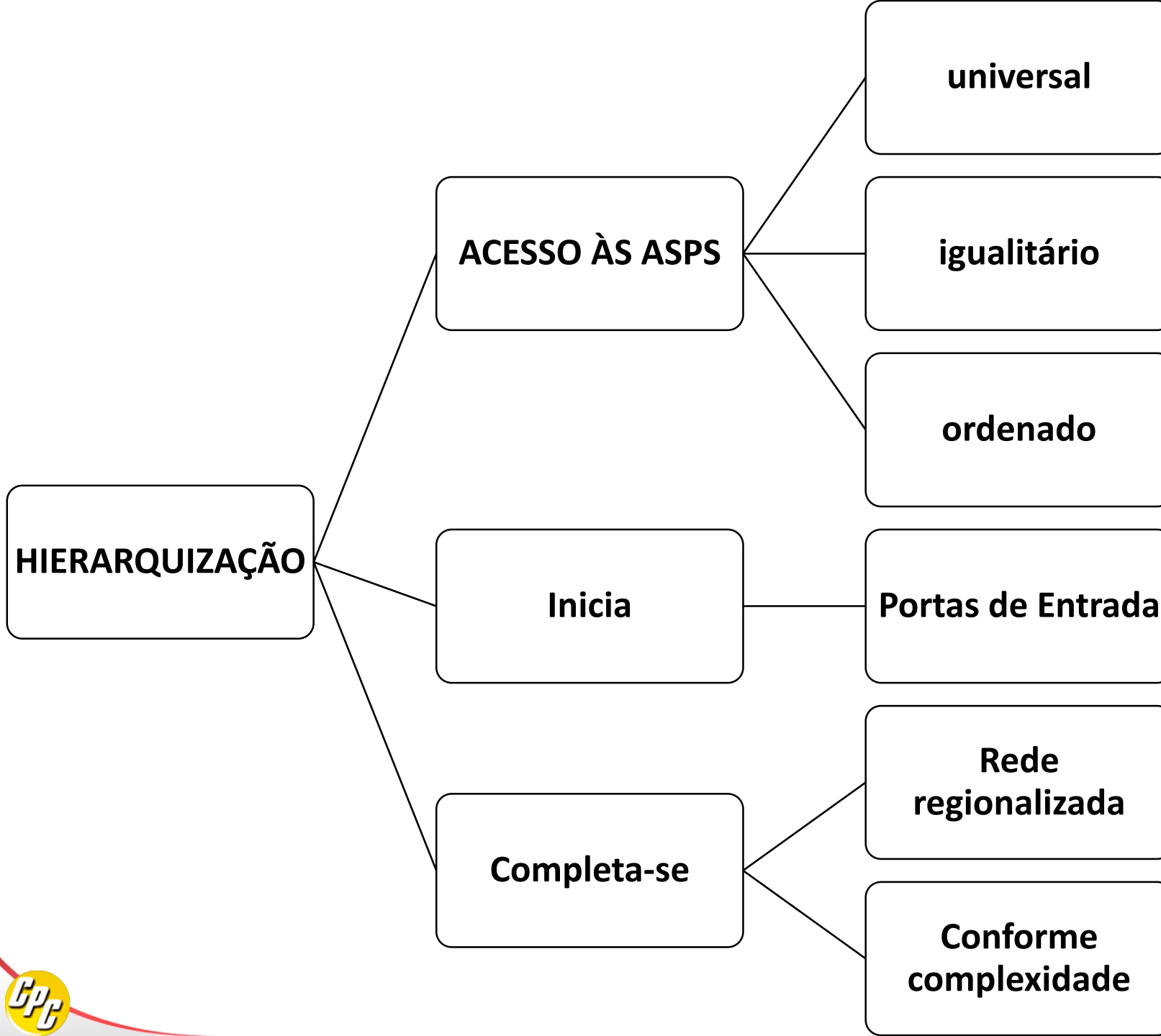
Entes federativos definirão os seguintes elementos em relação às Regiões (art. 7º)

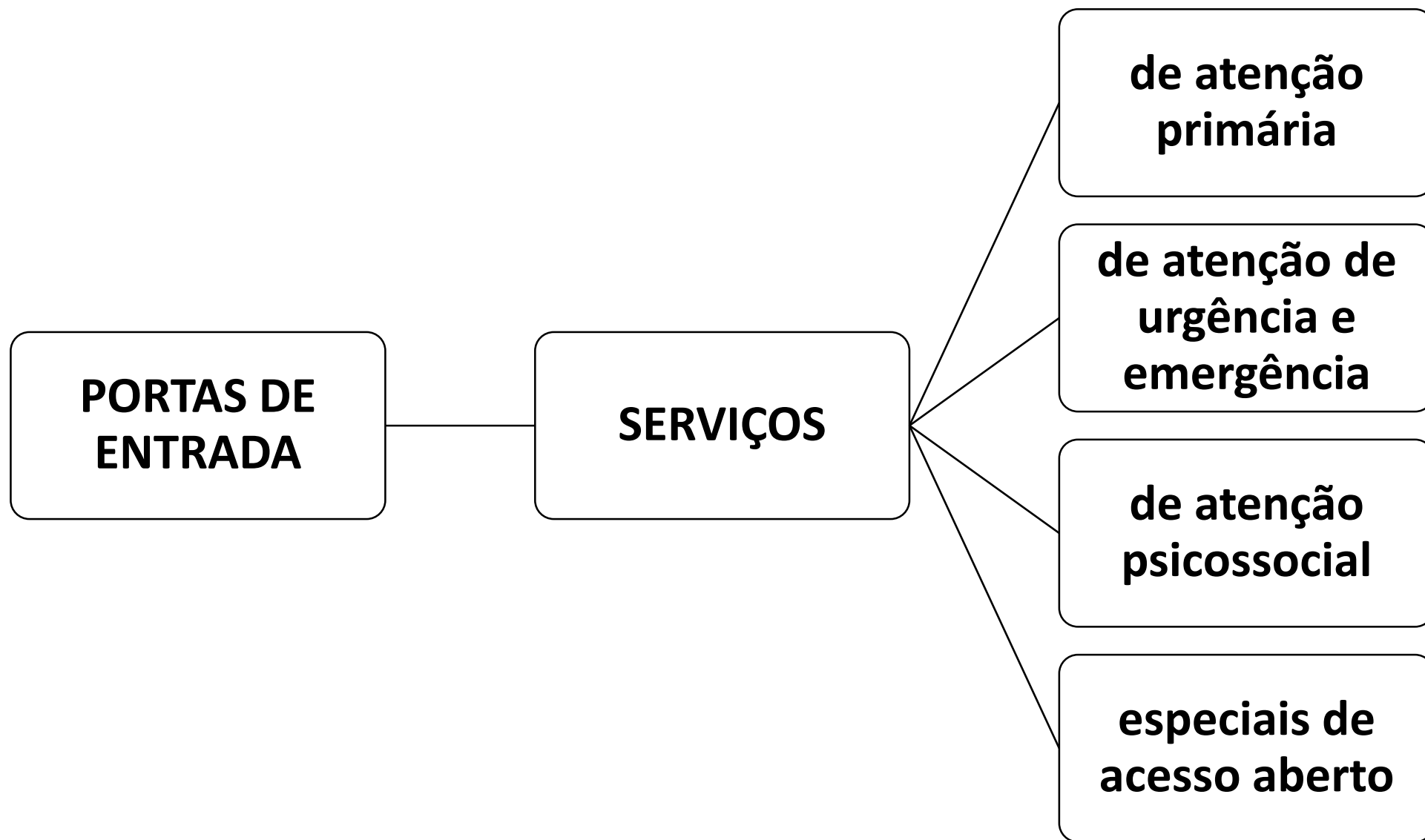
limites geográficos da Região de saúde

população usuária das ações e serviços

rol de ações e serviços que serão ofertados

respectivas responsabilidades, critérios de acessibilidade e escala para conformação dos serviços





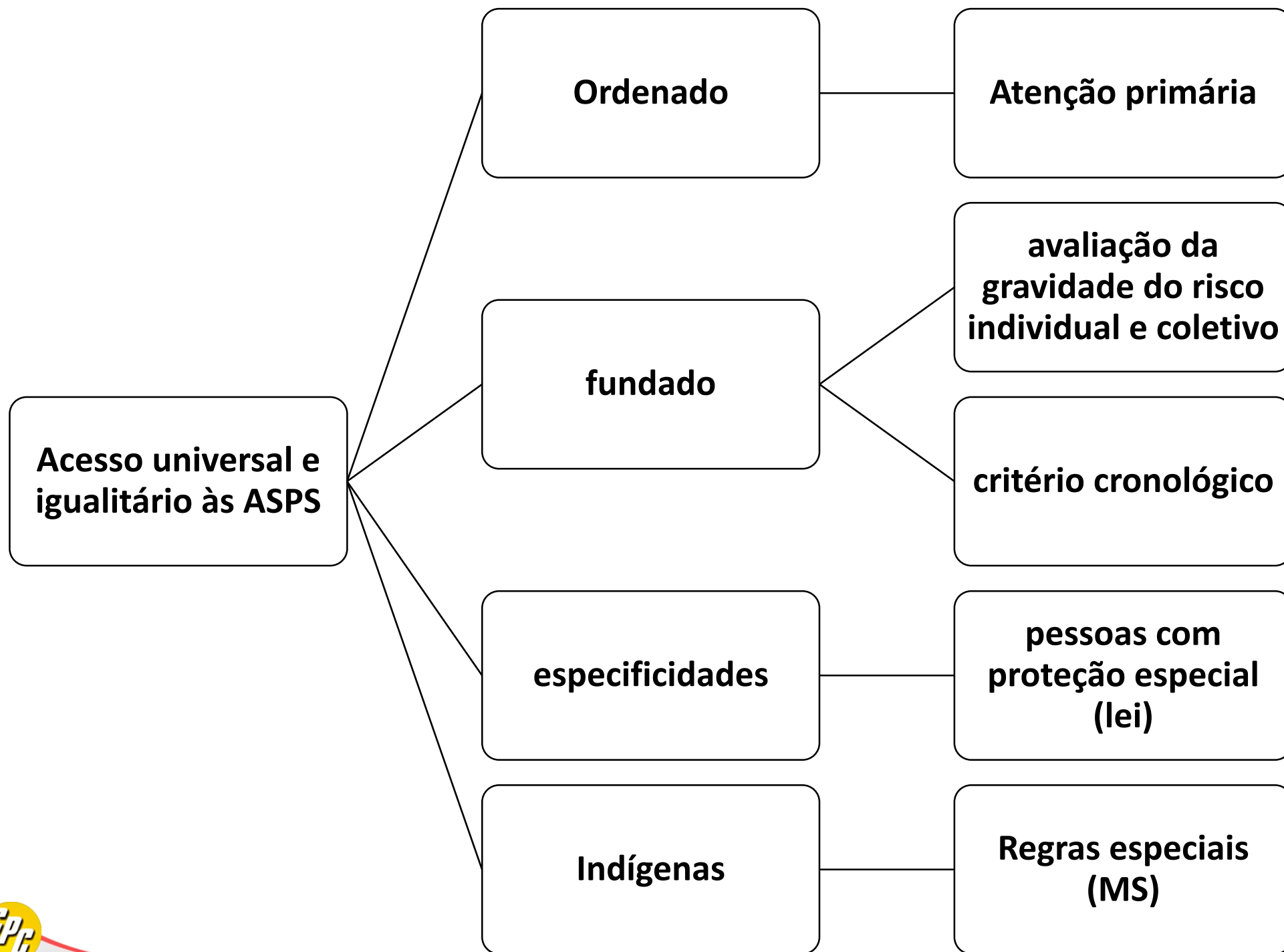
**NOVAS PORTAS
DE ENTRADA**

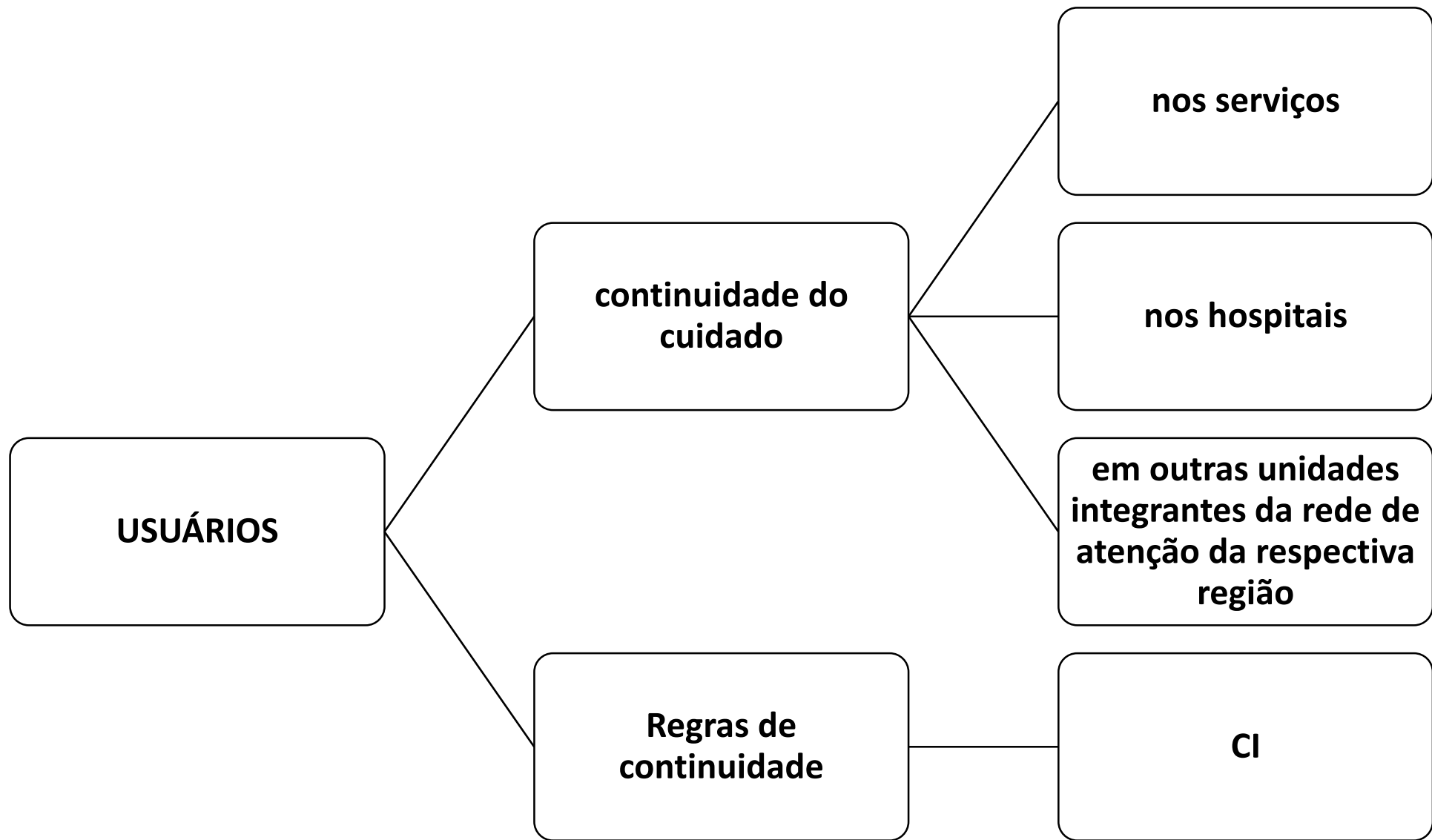
```
graph LR; A[NOVAS PORTAS DE ENTRADA] --- B[Características da Região de Saúde]; A --- C[Justificativa técnica]; A --- D[Acordo nas CI];
```

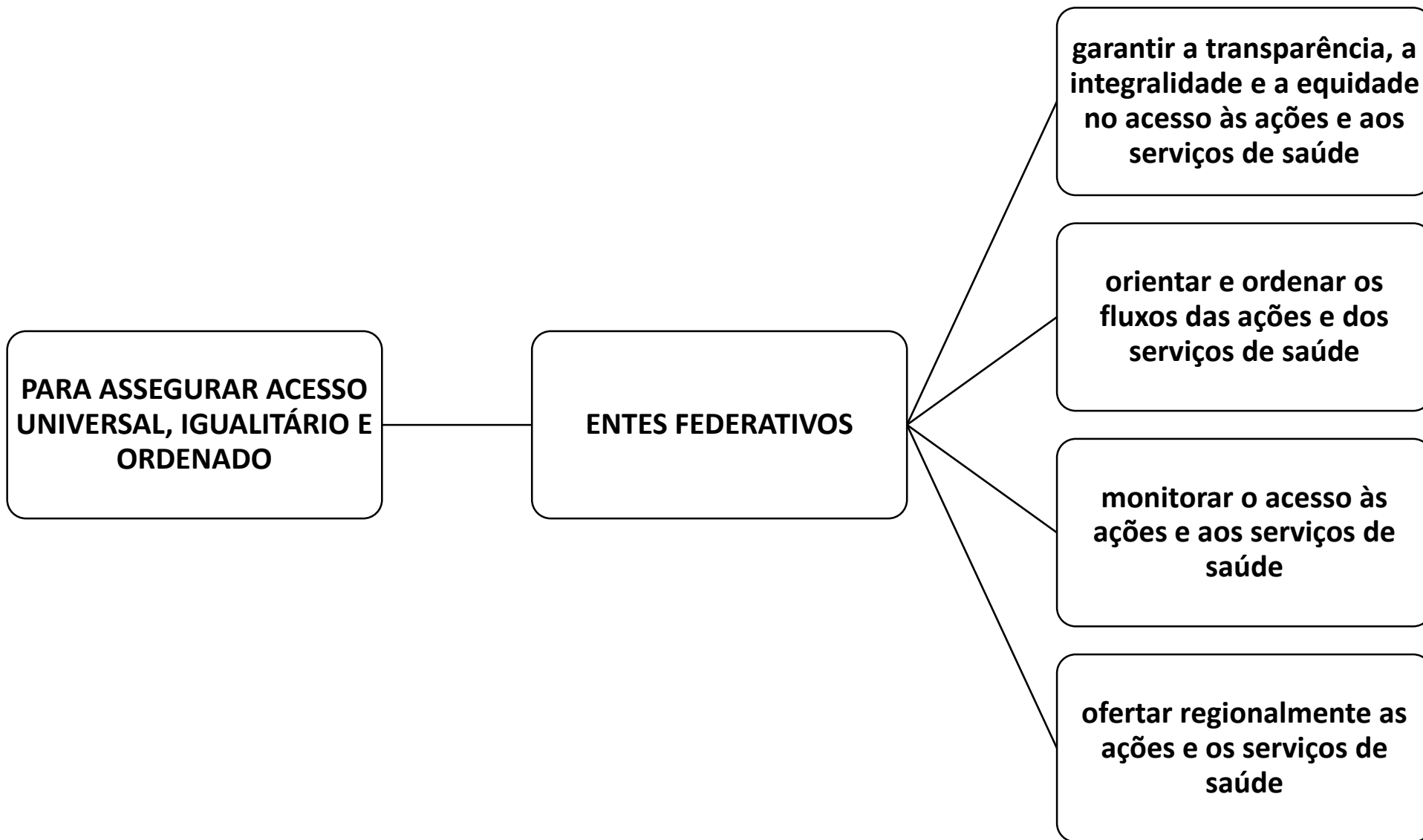
**Características
da Região de
Saúde**

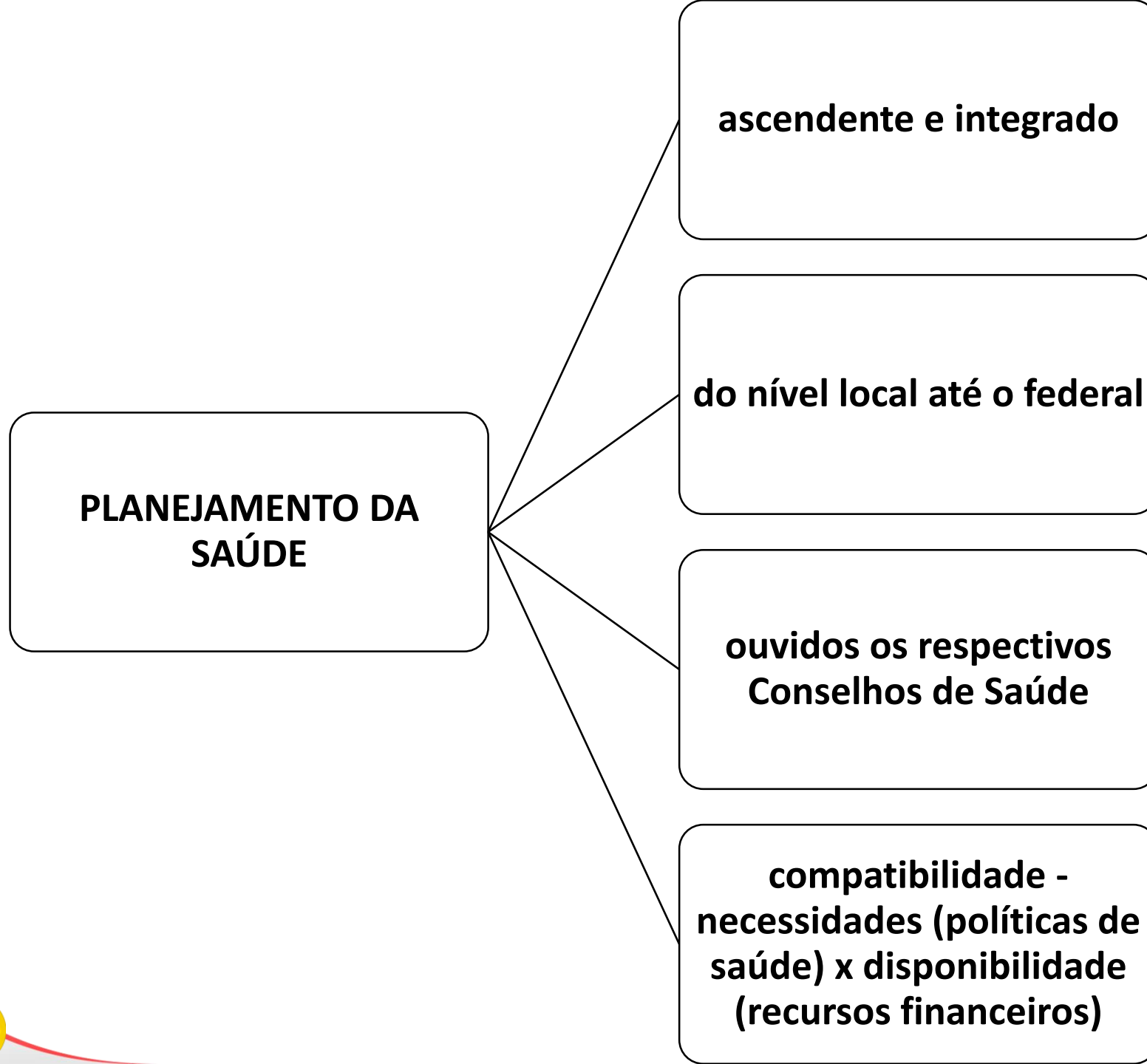
**Justificativa
técnica**

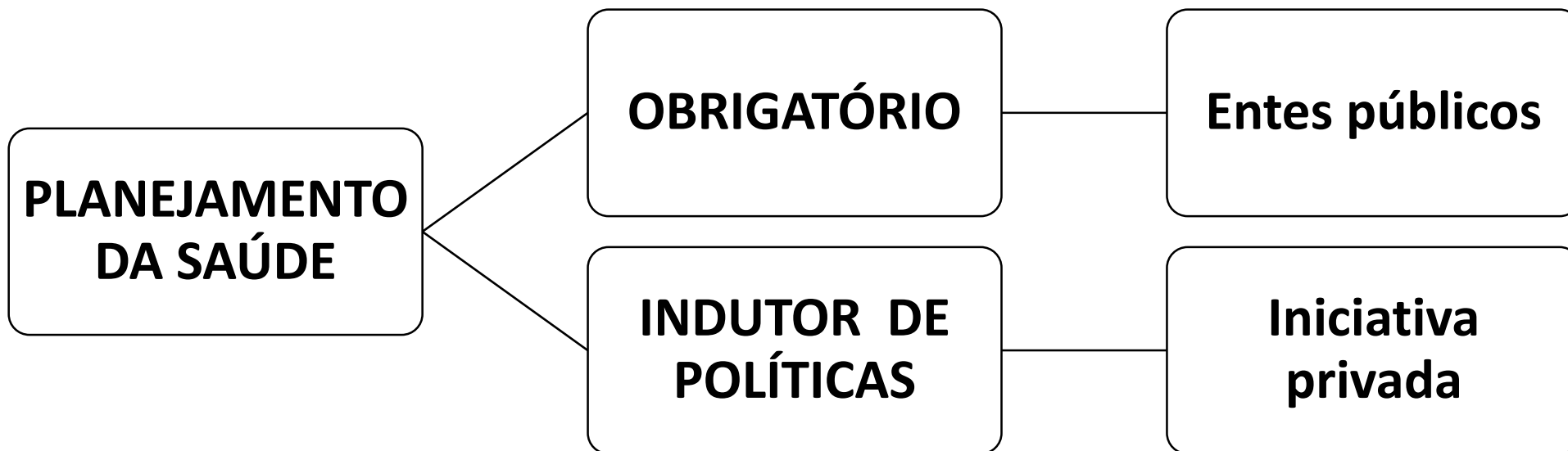
Acordo nas CI

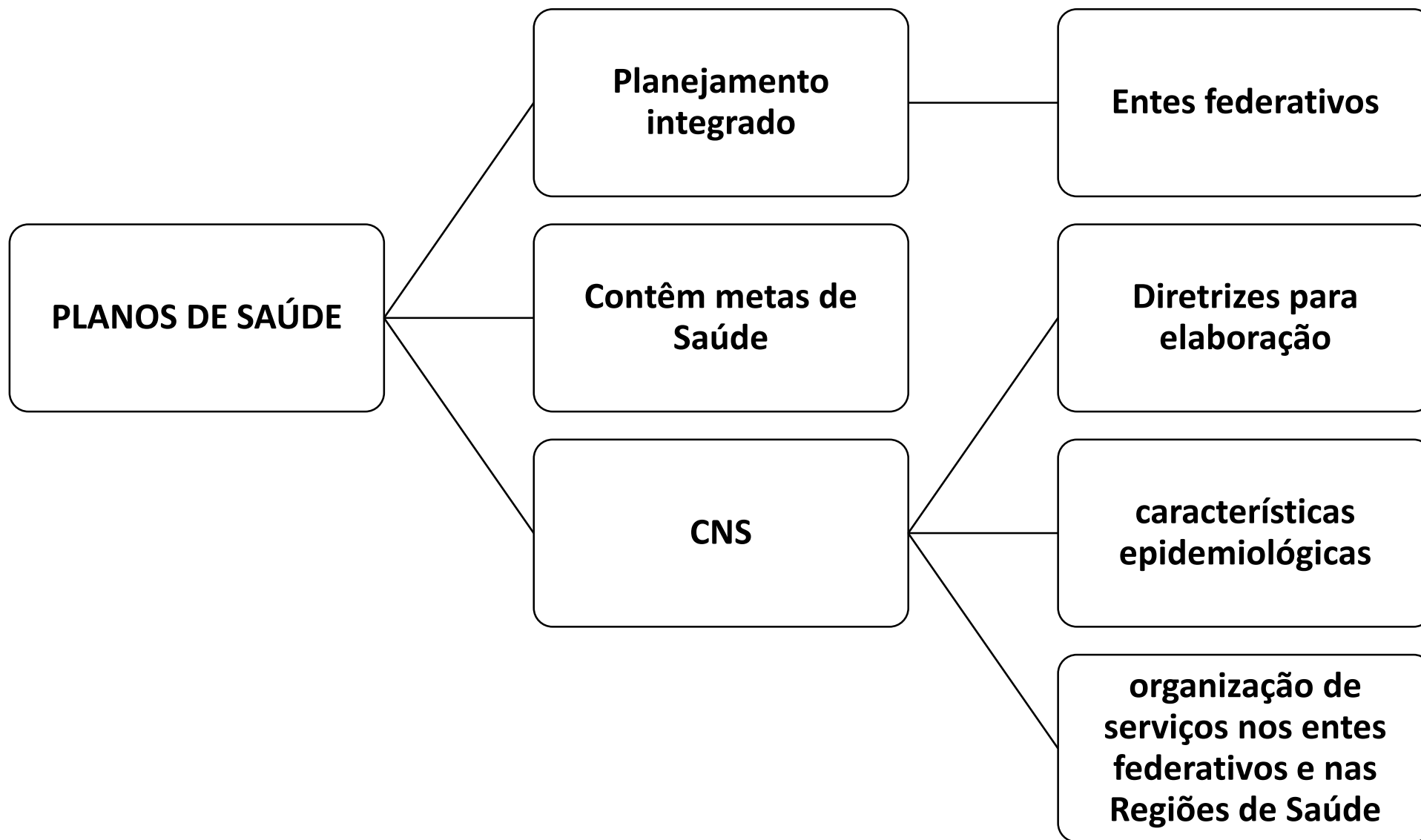


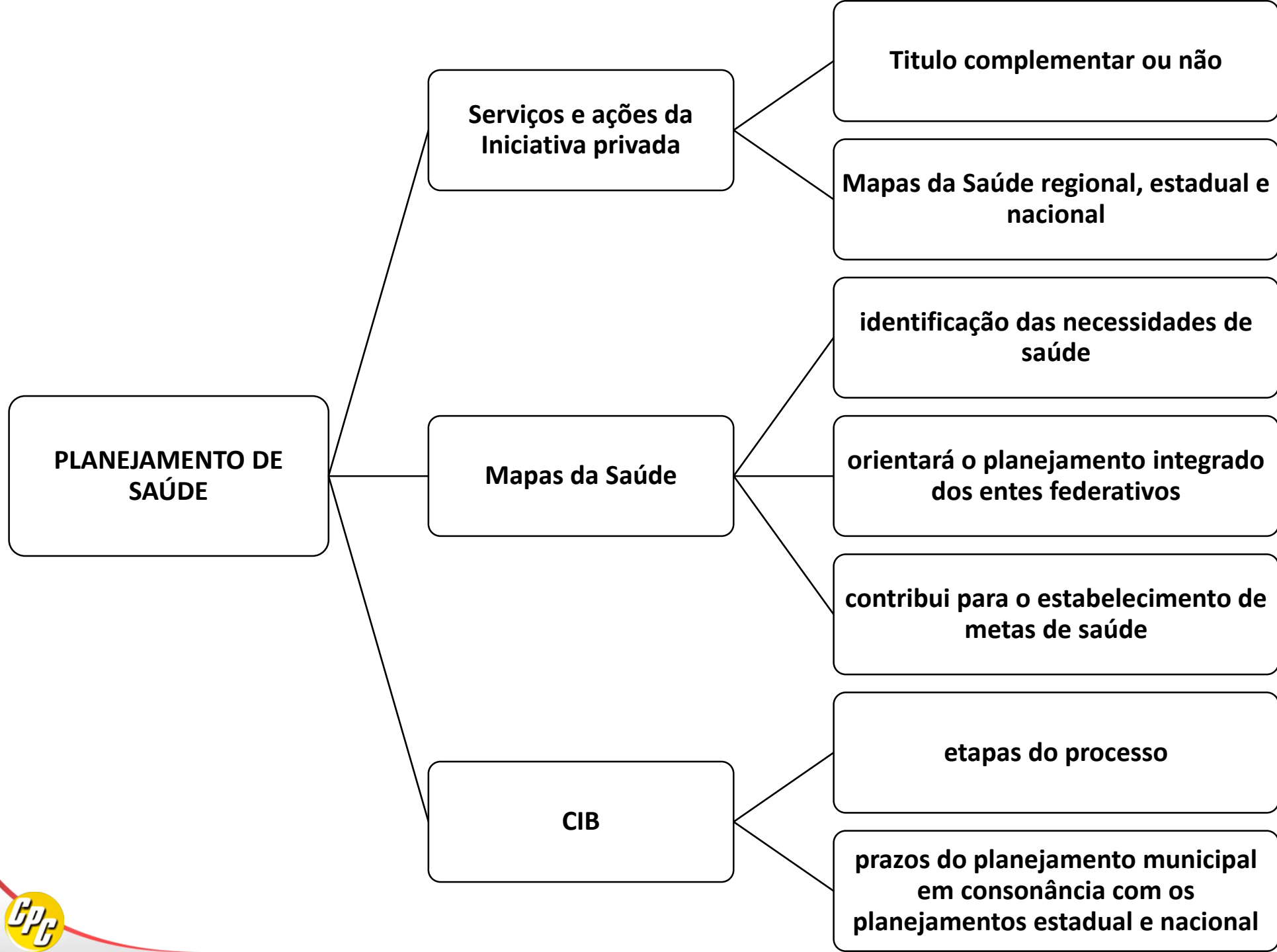






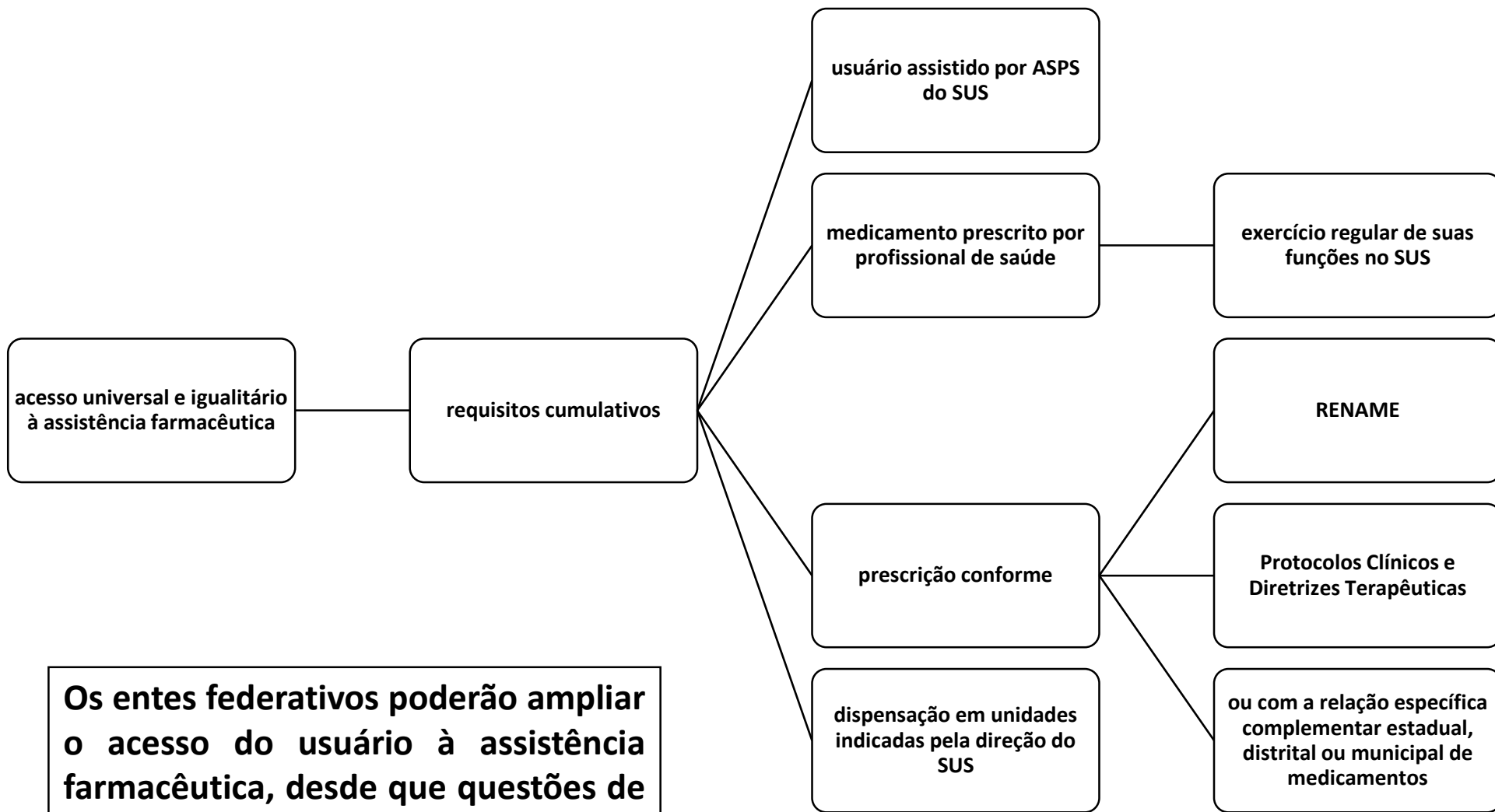






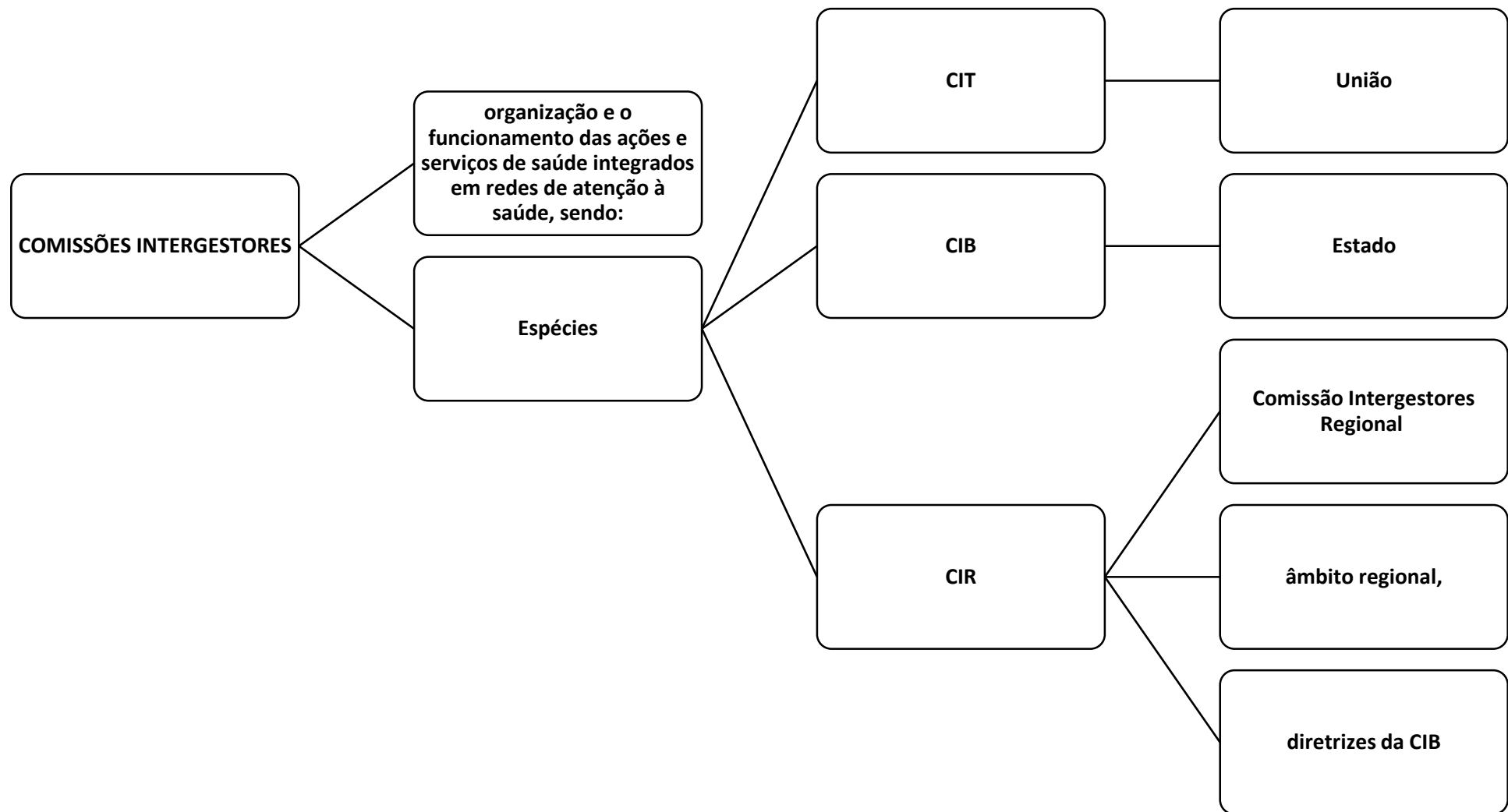
RENASES	RENAMES
Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde	Relação Nacional de Medicamentos Essenciais
todas as ações e serviços que o SUS oferece ao usuário para atendimento da integralidade da assistência à saúde.	seleção e a padronização de medicamentos indicados para atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS
O MS disporá em âmbito nacional - diretrizes pactuadas pela CIT	Acompanhada do Formulário Terapêutico Nacional - FTN que subsidiará a prescrição, a dispensação e o uso dos seus medicamentos
A cada dois anos – MS consolidará e publicará as atualizações da RENASES	A cada dois anos – MS consolidará e publicará as atualizações da RENAME, FTN e dos protocolos
Pactos dos entes federativos nas CI - responsabilidades	
Est/Mun/DF - relações específicas e complementares de ações e serviços de saúde	Est/Mun/DF - relações específicas e complementares de medicamentos

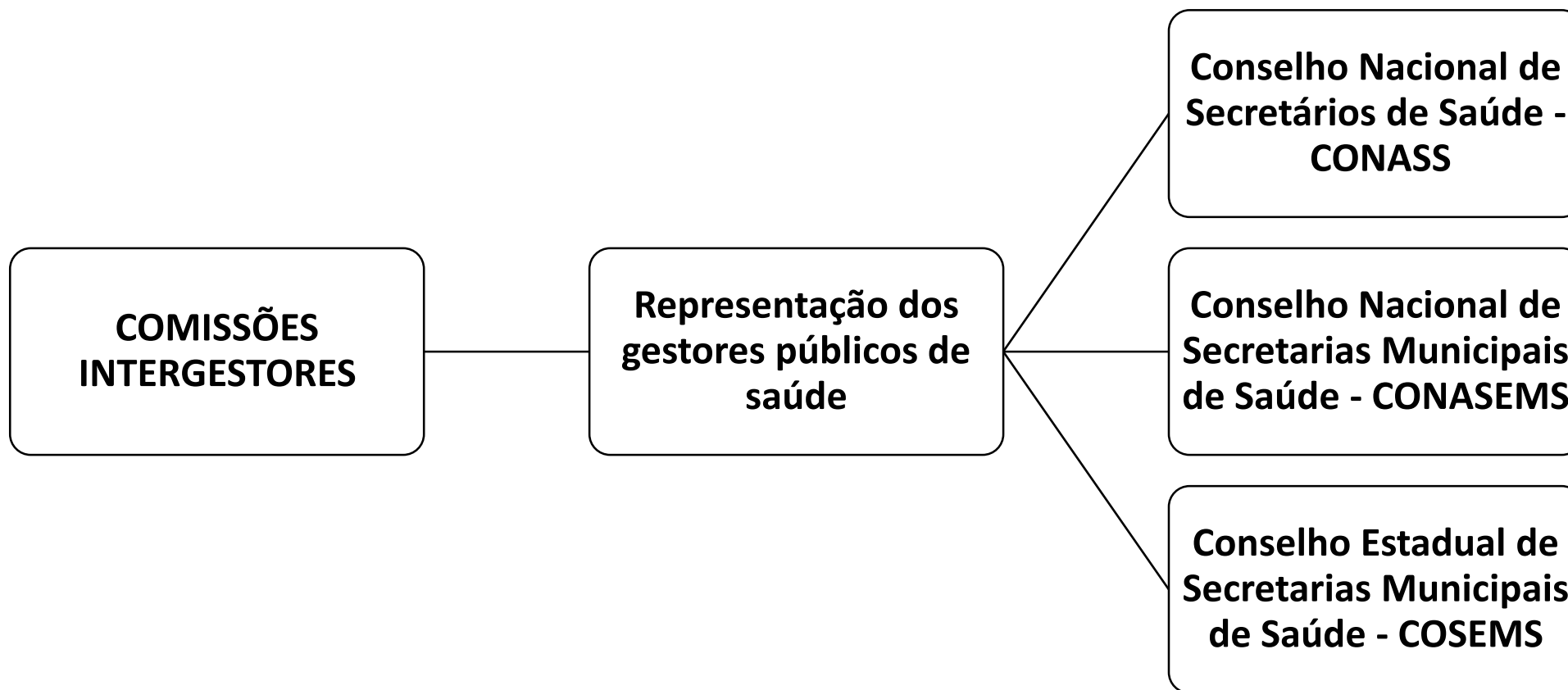


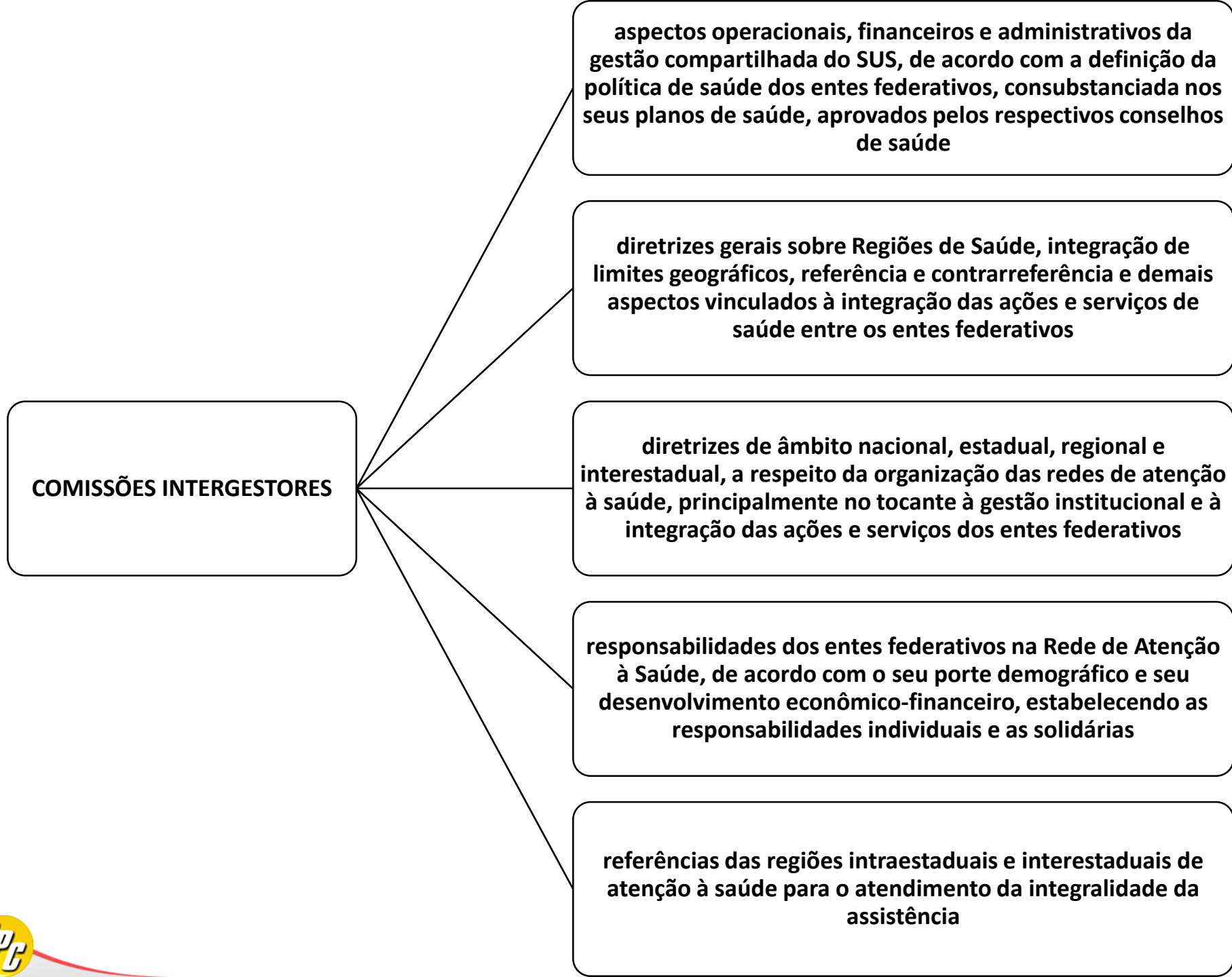


Os entes federativos poderão ampliar o acesso do usuário à assistência farmacêutica, desde que questões de saúde pública o justifiquem.

Art. 29. A RENAME e a relação específica complementar estadual, distrital ou municipal de medicamentos somente poderão conter produtos com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.







competência exclusiva da CIT

**diretrizes gerais para a composição da
RENASES**

**critérios para o planejamento
integrado das ações e serviços de
saúde da Região de Saúde, em razão
do compartilhamento da gestão**

**diretrizes nacionais, do financiamento
e das questões operacionais das
Regiões de Saúde situadas em
fronteiras com outros países,
respeitadas, em todos os casos, as
normas que regem as relações
internacionais**

CONTRATO ORGANIZATIVO DA AÇÃO PÚBLICA DA SAÚDE

O que é? Acordo entre entes federativos

Qual a finalidade? organizar e integrar as ações e serviços de saúde em uma Região de Saúde

O que contém? definição de responsabilidades, indicadores e metas de saúde, critérios de avaliação de desempenho, recursos financeiros que serão disponibilizados, forma de controle e fiscalização de sua execução e demais elementos necessários à implementação integrada das ações e serviços de saúde.

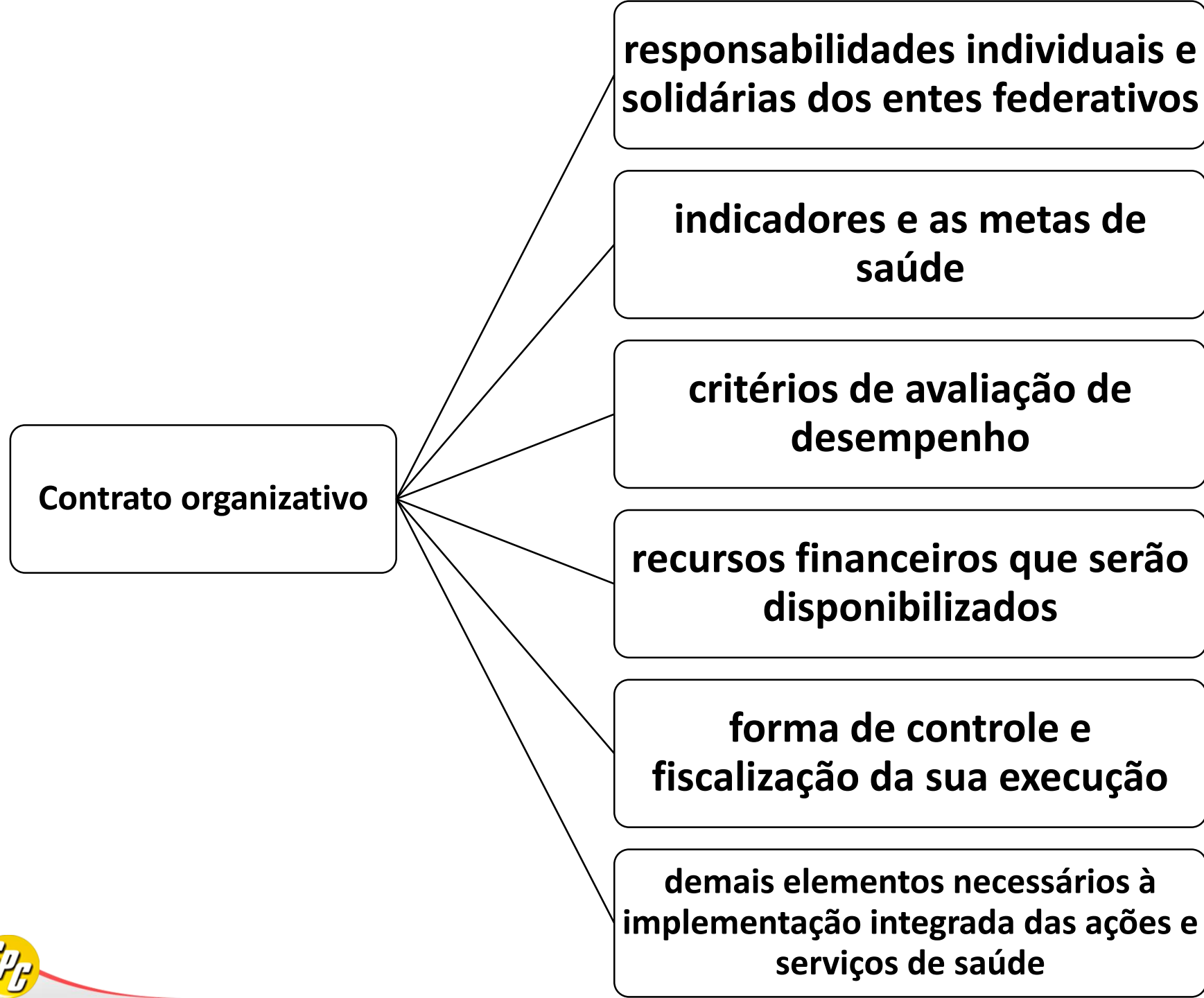
Artigos: 33 e ss + artigo 2º, II

O Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde resultará da integração dos planos de saúde dos entes federativos na Rede de Atenção à Saúde, tendo como fundamento as pactuações estabelecidas pela CIT.

PACTUAÇÕES DA CIT

As normas de elaboração e fluxos do Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde serão pactuados pelo CIT, cabendo à Secretaria de Saúde Estadual coordenar a sua implementação.

**PACTUAÇÕES DA CIT
IMPLEMENTAÇÃO DA SEC. ESTADUAL DE SAÚDE**



DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS DO CONTRATO (Artigo 36):

- I - identificação das necessidades de saúde locais e regionais;
- II - oferta de ações e serviços de vigilância em saúde, promoção, proteção e recuperação da saúde em âmbito regional e inter-regional;
- III - responsabilidades assumidas pelos entes federativos perante a população no processo de regionalização, as quais serão estabelecidas de forma individualizada, de acordo com o perfil, a organização e a capacidade de prestação das ações e dos serviços de cada ente federativo da Região de Saúde;
- IV - indicadores e metas de saúde;
- V - estratégias para a melhoria das ações e serviços de saúde;
- VI - critérios de avaliação dos resultados e forma de monitoramento permanente;
- VII - adequação das ações e dos serviços dos entes federativos em relação às atualizações realizadas na RENASES;
- VIII - investimentos na rede de serviços e as respectivas responsabilidades; e
- IX - recursos financeiros que serão disponibilizados por cada um dos partícipes para sua execução.

**DIRETRIZES DO CONTRATO
ORGANIZATIVO**

**estratégias de avaliação para
melhoria**

**apuração permanente das
necessidades e interesses do
usuário**

**publicidade dos direitos e
deveres do usuário (todas as
unidades do SUS, inclusive nas
unidades privadas que dele
participem de forma
complementar).**

